

STJ00096554

MARCOS DESTEFENNI

Promotor de Justiça em São Paulo. Mestre e Doutor em Direitos Difusos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Mestre em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP). Especialista em Direito pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Professor da Rede de Ensino LFG e do Praetorium. Membro do IBDP — Instituto Brasileiro de Direito Processual.

MANUAL PROCESSO CIVIL INDIVIDUAL E COLETIVO

2ª edição

2013

 Editora
Saraiva



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesso: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURUR (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Baurur

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Logoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565

Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-19914-9

Destefenni, Marcos

Manual de processo civil: individual e coletivo /
Marcos Destefenni. — 2. ed. — São Paulo: Saraiva, 2013.

1. Processo civil 2. Processo civil — Brasil I. Título.

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|-------------------------------------|-----------|
| 1. Brasil: Direito processual civil | 347.9(81) |
| 2. Brasil: Processo civil | 347.9(81) |

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editora Thaís de Camargo Rodrigues

Produtora editorial Cláudia Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Isabela Agrela Telas Veros

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Maiê de Fátima Machado Costela

Ivone Rufino

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Capa Silvana Mattievich

Produção gráfica Marli Rompim

Impressão Prol Editora Gráfica

Acabamento Prol Editora Gráfica

971471

Data de fechamento da edição: 8-3-2013

Dúvidas?

Acesse www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

128.308.002.001

961838

SUMÁRIO

Prefácio	37
1. Processo civil individual e coletivo.....	39
1.1. Introdução.....	39
1.2. Direito material individual e coletivo	40
1.3. Processo civil individual e coletivo	45
1.4. Técnicas representativas e não representativas para a tutela de direitos individuais	46
2. Princípios fundamentais do direito processual individual e coletivo ...	49
2.1. Noções gerais	49
2.2. Princípios fundamentais.....	49
2.3. Devido processo legal.....	50
2.4. Inafastabilidade do controle jurisdicional	51
2.5. A efetividade da tutela jurisdicional	52
2.6. Outros princípios fundamentais	52
2.7. O devido processo coletivo.....	54
3. A jurisdição.....	58
3.1. Noções gerais	58
3.2. Características fundamentais.....	58
3.3. Princípios da jurisdição.....	58
3.4. Classificações	59
3.5. Jurisdição individual e coletiva.....	60
3.6. Limites internacionais e internos	60
3.7. Formas alternativas para a solução dos conflitos intersubjetivos e coletivos.....	61
3.8. Jurisdição constitucional	63

3.8.1. Sistemas de controle de constitucionalidade	64
3.8.2. A legitimidade do Poder Judiciário	65
3.8.3. A expansão da jurisdição constitucional e a judicialização da política	65
3.8.4. Jurisdição coletiva	67
3.8.5. O ativismo judicial positivo	68
3.8.6. A modulação dos efeitos dos provimentos jurisdicionais....	70
4. Competência.....	72
4.1. Noções gerais	72
4.2. Competência internacional	72
4.3. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	72
4.4. Competência interna	72
4.5. Critérios.....	73
4.6. Competência absoluta e competência relativa	74
4.7. Roteiro para a determinação da competência	75
4.8. Competência da Justiça Especial	75
4.9. Competência da Justiça Federal	76
4.9.1. A intervenção do MP Federal	77
4.9.2. Ainda a competência em razão da pessoa	79
4.9.3. Competência em razão da matéria.....	80
4.9.4. Competência funcional	81
4.9.5. Inalterabilidade da competência da Justiça Federal em razão de conexão	81
4.10. Competência da Justiça estadual.....	82
4.11. Foro e juízo.....	82
4.12. Foro geral e foros especiais.....	82
4.13. Modificações da competência	84
4.14. Conflito de competência.....	86
4.15. Competência e ações coletivas.....	86
4.15.1. Ação coletiva preventiva.....	87
4.15.2. A questão dos danos regionais e nacionais.....	88
4.15.3. A questão da delegação da competência da Justiça Federal à Estadual	90

4.15.4.	A preocupação com a efetividade da tutela no caso de ação popular: a flexibilização da competência a favor do cidadão	91
4.15.5.	A questão da competência para a ação de improbidade	93
4.15.6.	As causas de modificação da competência (conexão e continência), a prevenção e a repercussão nas ações coletivas	94
4.16.	Relação entre ação coletiva e ações individuais.....	102
4.16.1.	A regra específica no caso de mandado de segurança ..	103
4.16.2.	A peculiaridade no caso da técnica não representativa.	103
4.16.3.	A suspensão obrigatória de ações individuais.....	103
5.	Atos processuais, prazos, pressupostos processuais e nulidades.....	105
5.1.	Atos e prazos processuais.....	105
5.2.	Nulidades processuais.....	106
5.2.1.	Princípio da instrumentalidade das formas.....	106
5.2.2.	Nulidades e eficácia saneadora geral da coisa julgada	106
5.2.3.	Princípio da causalidade e nulidades derivadas.....	106
5.2.4.	Nulidades, atuação das partes e do juiz.....	107
5.2.5.	Nulidades absolutas e relativas.....	107
5.2.6.	Pronúncia de ofício de nulidade relativa	108
5.2.7.	Nulidades cominadas e não cominadas.....	108
5.2.8.	Nulidade pela falta de intervenção do Ministério Público...	108
5.2.9.	Nulidades sanáveis, convalidação dos atos e continuidade do julgamento.....	109
5.2.10.	Aproveitamento dos atos processuais	109
5.2.11.	Nulidades e lealdade processual	110
5.2.12.	Quadro sinótico das invalidades	110
5.3.	Objecções processuais.....	111
5.4.	Pressupostos processuais.....	111
5.4.1.	Crítica à teoria dos pressupostos processuais.....	112
5.4.2.	Função dos pressupostos processuais.....	112
6.	Teoria da ação.....	115
6.1.	Teorias da ação	115

6.2. Condições da ação	115
6.2.1. Possibilidade jurídica do pedido e pedido declaratório de inconstitucionalidade em ação civil pública	116
6.2.2. Interesse processual	117
6.2.3. Legitimidade das partes.....	117
6.3. A legitimidade e as ações coletivas.....	118
6.3.1. A peculiar questão da legitimidade passiva para a ação de improbidade administrativa	119
6.4. A necessidade de lei expressa sobre legitimidade	121
6.5. Legitimidade <i>ad causam</i> : ordinária e extraordinária	123
6.6. Legitimidade extraordinária e legitimação autônoma para a con- dução do processo	125
6.7. Legitimidade extraordinária e substituição processual.....	129
6.8. A escolha do representante adequado para a tutela de direitos metaindividuais.....	129
6.9. O Ministério Público	132
6.9.1. O Ministério Público e o processo civil	134
6.9.2. O Ministério Público como parte	135
6.9.2.1. O MP autor e a sua capacidade postulatória	135
6.9.2.2. Custas, despesas processuais e honorários advocatícios	138
6.9.2.3. Prazo diferenciado.....	139
6.9.2.4. Intimação pessoal com vista dos autos	139
6.9.2.5. Amplitude da legitimidade	140
6.9.3. O Ministério Público como fiscal da lei.....	142
6.9.3.1. A decisão sobre a necessidade da intervenção.....	144
6.9.3.2. Desnecessidade da atuação de mais de um membro do MP no mesmo feito	146
6.9.3.3. O conflito de atribuições.....	146
6.9.3.4. As hipóteses legais de intervenção.....	147
6.9.3.5. Causas em que há interesses de incapazes.....	148
6.9.3.6. Causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, decla- ração de ausência e disposição de última vontade .	148

6.9.3.7. Ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte	150
6.9.3.8. As regras da intervenção do Ministério Público	153
6.9.3.9. Nulidade pela falta de intervenção do Ministério Público.....	154
6.9.4. O MP réu no processo civil	155
6.9.5. O Ministério Público e o processo coletivo.....	155
6.9.6. Litisconsórcio especial entre Ministérios Públicos.....	159
6.9.7. Ministério Público resolutivo	160
6.10. O setor público: União, Estados, Municípios e Distrito Federal.	162
6.10.1. Entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta: autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e outros órgãos	162
6.10.2. Defensoria Pública.....	164
6.10.2.1. Assistência jurídica.....	166
6.10.2.2. Assistência judiciária.....	166
6.10.2.3. Atuação como assistente judicial em demandas individuais.....	167
6.10.2.4. Atuação como assistente judicial e como autora de demandas coletivas	168
6.11. O terceiro setor: as associações e outras entidades	170
6.11.1. A associação e a defesa de direitos de filiados de outra categoria.....	171
6.11.2. Os sindicatos.....	171
6.12. Ação popular: cidadão, pessoas jurídicas e Ministério Público..	172
6.13. Ação de improbidade: a citação da Pessoa Jurídica de Direito Público e possibilidade de formular pedido contra o réu	176
6.14. Elementos identificadores da demanda	178
6.15. Classificação das ações de conhecimento	178
7. Partes, litisconsórcio e intervenção de terceiros	180
7.1. Parte da relação jurídica processual.....	180
7.2. O litisconsórcio (cumulação subjetiva).....	180

7.2.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto	180
7.2.2. Litisconsórcio inicial ou ulterior	180
7.2.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo	181
7.2.4. Intervenção <i>iussu iudicis</i>	182
7.2.5. O poder de limitação do litisconsórcio facultativo.....	183
7.2.6. Litisconsórcio unitário e simples	183
7.2.7. A autonomia entre os litisconsortes	183
7.2.8. A duplicação dos prazos processuais.....	183
7.2.9. A intervenção de terceiros	184
7.2.10. Intervenção voluntária e provocada.....	184
7.2.11. Quadro sinótico das modalidades	184
7.3. A assistência.....	185
7.3.1. Modalidades.....	185
7.3.2. Procedimento.....	186
7.3.3. Reflexos da sentença do processo principal.....	186
7.4. Oposição.....	186
7.5. Nomeação à autoria	187
7.6. Chamamento ao processo.....	187
7.7. Denúnciação da lide	188
7.7.1. A responsabilidade do Estado e do agente público.....	189
7.7.2. A questão da denúnciação da lide em ações coletivas ambientais	190
7.7.3. Denúnciação da lide e contrato de seguro.....	192
7.7.4. A questão da denúnciação da lide em ações consumeristas individuais.....	194
7.7.5. A convocação do segurador em ações consumeristas de responsabilidade.....	195
7.8. Recurso de terceiro	195
7.9. <i>Amicus curiae</i>	195
7.10. Intervenção anômala da União	200
7.11. Intervenção nas ações de alimentos	201
7.12. Restrições ao litisconsórcio em demandas individuais e coletivas como técnica de se garantir a estabilidade da demanda e a maior efetividade da tutela.....	202

7.13.	Intervenção de terceiros nas ações coletivas.....	205
7.13.1.	Ações coletivas e assistência.....	205
7.13.2.	A questão da intervenção no processo objetivo de controle de constitucionalidade.....	210
7.13.3.	Recurso de terceiro prejudicado.....	216
8.	Procedimento comum: ordinário e sumário.....	217
8.1.	Noções gerais	217
8.2.	Princípios do procedimento	217
8.3.	Procedimento ordinário	218
8.3.1.	Petição inicial, o pedido, a demanda.....	218
8.3.2.	Juízo de admissibilidade da inicial.....	219
8.3.2.1.	Julgamento imediato das demandas repetitivas.....	219
8.3.3.	Citação.....	219
8.3.4.	Formação e suspensão do processo	220
8.3.5.	A resposta do réu	221
8.3.5.1.	Contestação	222
8.3.5.2.	Exceções.....	223
8.3.5.3.	Reconvenção.....	224
8.3.6.	A revelia e os seus efeitos	225
8.3.7.	Saneamento, providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo	226
8.3.8.	As audiências e a instrução do processo.....	227
8.4.	O procedimento sumário.....	229
8.5.	O procedimento no caso de ações coletivas.....	232
8.5.1.	Flexibilidade procedimental na jurisdição coletiva	232
8.5.2.	A possibilidade de cumulação de diversos pedidos	233
8.5.2.1.	Dano moral coletivo	236
8.6.	O custeio da demanda.....	237
8.6.1.	Custas nas ações coletivas	239
9.	Da tutela jurisdicional e da antecipação dos seus efeitos	241
9.1.	A tutela jurisdicional.....	241
9.2.	A atualidade do estudo da tutela jurisdicional	241
9.3.	Conceito.....	242

9.4. Necessária diferenciação da tutela jurisdicional	245
9.5. A tutela jurisdicional prestada às partes do processo	246
9.6. O contraditório e a efetividade.....	246
9.7. A busca da efetividade.....	247
9.8. A diferenciação da tutela como corolário da efetividade	248
9.9. A tutela jurisdicional diferenciada	249
9.10. Formas de diferenciação da prestação jurisdicional.....	253
9.11. A importância das tutelas sumárias e de urgência	255
9.12. A questão da cognição.....	256
9.13. A questão dos efeitos (mutáveis ou imutáveis) da tutela	261
9.14. A possibilidade de classificar a tutela jurisdicional	262
9.15. As classificações e a questão da atipicidade da tutela jurisdicional	263
9.16. Algumas classificações	264
9.16.1. A classificação segundo a tutela pretendida pelo autor	264
9.16.2. Tutela coletiva e tutela individual	265
9.16.3. Tutela ressarcitória e tutela inibitória	266
9.16.3.1. Natureza satisfativa da tutela inibitória.....	266
9.16.3.2. A questão temporal	267
9.16.3.3. A questão do objeto	267
9.16.3.4. Fundamentos constitucionais da tutela inibitória	267
9.16.3.5. Fundamentos legais da tutela inibitória	269
9.16.3.6. Tutela inibitória: típica e atípica	270
9.16.3.7. Tutela inibitória individual.....	272
9.16.3.8. Tutela inibitória coletiva.....	273
9.16.4. Tutela monitoria	274
9.16.5. Tutela específica	277
9.16.6. Tutela de urgência, tutela sumária e tutela da evidência	278
9.17. A antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional	282
9.17.1. Modalidades.....	282
9.17.2. Requisitos.....	283
9.17.3. Momento processual	283
9.17.4. Recursos	284

9.17.5. Efetivação da tutela antecipada	284
10. Das provas	286
10.1. Noções gerais	286
10.2. A prova na antiguidade.....	286
10.3. Objetos da prova.....	286
10.4. Valoração da prova	287
10.5. Prova: sentido objetivo e subjetivo	287
10.6. Momento de produção da prova.....	287
10.7. Ônus da prova.....	287
10.8. Inversão do ônus da prova.....	288
10.8.1. A inversão do ônus da prova a favor do Ministério Público.....	289
10.9. Papel do juiz na produção da prova.....	290
10.10. Limites à atividade probatória e provas ilícitas.....	290
10.11. Provas típicas e atípicas	291
10.12. Presunções.....	291
10.13. Interrogatório e depoimento pessoal	291
10.14. A confissão	292
10.15. Prova documental	293
10.16. Exibição de documento ou coisa	295
10.17. Prova pericial.....	295
10.18. Prova testemunhal.....	296
10.19. Inspeção judicial.....	298
10.20. O incremento dos poderes instrutórios do juiz nas ações coletivas	299
10.20.1. Prova difícil (prova diabólica)	301
10.20.2. Ônus econômico da prova e a questão de sua inversão	302
11. Sentença, reexame necessário e coisa julgada	304
11.1. Conceito de sentença	304
11.2. Espécies de sentença.....	304
11.3. Elementos da sentença.....	304
11.4. Regra da congruência.....	305
11.4.1. Aspectos do princípio da congruência nas ações coletivas	305
11.4.2. A questão particular da anulação de cláusulas contratuais de ofício no caso de relação de consumo.....	315

11.4.3. A declaração, de ofício, de nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de consumo Pronúncia de ofício de incompetência relativa?	317
11.4.4. A natural instabilidade das sentenças determinativas	319
11.5. Vícios da sentença.....	321
11.6. A sentença e os fatos supervenientes	321
11.7. Alteração da sentença	321
11.8. Hipoteca judiciária	322
11.9. Sentença substitutiva da declaração de vontade	322
11.10. Capítulos de sentença	322
11.11. Reexame necessário	323
11.11.1. O reexame necessário e as ações coletivas	323
11.12. Coisa julgada	326
11.13. Limites da coisa julgada	327
11.14. Incongruência subjetiva da coisa julgada nas ações coletivas....	327
11.14.1. Extensão para beneficiar (<i>in utilibus</i>).....	329
11.14.2. Condicionamento da coisa julgada ao resultado do processo e às provas produzidas	329
11.14.3. A peculiaridade da coisa julgada em relação aos colegitimados para a defesa de direitos individuais homogêneos	331
11.14.4. Impossibilidade de extensão da imutabilidade a quem não ocupou o polo passivo da demanda coletiva	332
11.14.5. O julgado coletivo como precedente	333
11.15. A questão da relativização da coisa julgada	333
11.15.1. Relativização legal da coisa julgada: a coisa julgada inconstitucional.....	335
11.15.2. Relativização na jurisprudência	336
11.16. Limites territoriais da coisa julgada	337
11.17. Limite temporal da coisa julgada.....	338
12. Recursos e ações autônomas.....	339
12.1. Os recursos e as ações autônomas	339
12.2. A ação rescisória.....	339
12.2.1. Requisito específico	340

12.2.2.	Pedidos	340
12.2.3.	Rol taxativo.....	340
12.2.4.	Exclusão da ação.....	340
12.2.5.	Fundamentos	341
12.2.6.	Legitimidade ativa	341
12.2.7.	Legitimidade passiva	342
12.2.8.	Requisitos da inicial	342
12.2.9.	Pedido.....	342
12.2.10.	Depósito inicial	342
12.2.11.	Dispensa do depósito	342
12.2.12.	Competência.....	342
12.2.13.	Tutela de urgência	343
12.2.14.	Procedimento	343
12.2.15.	Recursos.....	343
12.2.16.	Prazo decadencial	343
12.3.	Ação anulatória.....	343
12.3.1.	Hipóteses	343
12.3.2.	Finalidade	344
12.3.3.	Competência.....	344
12.3.4.	Prazo decadencial	344
12.3.5.	Procedimento	344
12.4.	Teoria geral dos recursos.....	344
12.5.	Princípios aplicáveis aos recursos	345
12.6.	Efeitos dos recursos	348
12.7.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	349
12.8.	Pressupostos recursais.....	349
12.8.1.	Cabimento.....	351
12.8.2.	Adequação	351
12.8.3.	Tempestividade.....	351
12.8.4.	Preparo.....	351
	12.8.4.1. O prévio recolhimento de multas.....	352
12.8.5.	Regularidade formal	352

12.8.6. Interesse recursal	353
12.8.7. A legitimidade e o recurso de terceiro.....	353
12.8.8. Inexistência de fato impeditivo	353
12.9. O papel do relator nos recursos.....	354
12.10. Recurso de terceiro	355
12.11. Recurso adesivo.....	355
12.12. Apelação	355
12.12.1. Não cabimento de apelação	355
12.12.2. Vedação à juntada de documentos	356
12.12.3. Juízo de admissibilidade	356
12.12.4. Amplitude da apelação	356
12.12.5. Efeitos	356
12.12.6. Alegação de fatos novos.....	357
12.12.7. Preparo	357
12.12.8. Procedimento no tribunal.....	357
12.12.9. Julgamento da lide com supressão de instância	357
12.12.10. Súmula impeditiva do recurso de apelação.....	358
12.12.11. Princípio da continuidade do julgamento	358
12.13. Recurso de agravo.....	358
12.13.1. Regimes.....	358
12.13.2. Exemplos de cabimento do agravo de instrumento ...	359
12.13.3. Juízo de retratação	359
12.13.4. Agravo retido.....	359
12.13.5. Agravo de instrumento	360
12.14. Embargos infringentes.....	361
12.14.1. Procedimento	362
12.15. Embargos de declaração	363
12.15.1. Procedimento	364
12.15.2. Embargos protelatórios	364
12.16. Recurso ordinário constitucional.....	364
12.17. Recurso especial e recurso extraordinário.....	365
12.17.1. Características comuns	365

12.17.2.	Procedimento	366
12.17.3.	Interposição simultânea dos recursos	367
12.17.4.	Restrições	367
12.17.5.	Fundamentos do recurso extraordinário.....	368
12.17.6.	Repercussão geral	368
12.17.7.	Fundamentos do recurso especial.....	369
12.17.8.	Recurso especial e demandas repetitivas.....	370
12.18.	Embargos de divergência.....	371
12.19.	O sistema recursal e as ações coletivas	371
12.19.1.	Recursos desprovidos de efeito suspensivo automático	372
13.	Liquidação da sentença.....	373
13.1.	Noções gerais	373
13.2.	Necessidade da liquidação	373
13.3.	Sentença condenatória genérica no processo individual e no processo coletivo.....	374
13.4.	Finalidade da liquidação: apuração da quantia devida	375
13.4.1.	Liquidação zero	376
13.5.	Desnecessidade de procedimento liquidatório típico.....	376
13.6.	Liquidação sem citação	377
13.7.	Liquidação com citação.....	377
13.8.	Liquidação na pendência de recurso e em autos apartados	378
13.9.	Liquidação nos autos principais	378
13.10.	Liquidação de capítulo da sentença	378
13.11.	Os procedimentos para a liquidação	378
13.12.	A liquidação e a tutela dos direitos difusos e coletivos.....	379
13.13.	A tutela dos direitos individuais homogêneos.....	379
13.13.1.	A necessidade de liquidação	381
13.13.2.	Liquidação individual (habilitação) e coletiva	382
13.13.3.	Liquidação residual.....	383
13.13.3.1.	Natureza do prazo e prescrição.....	387
13.14.	Competência para a liquidação na jurisdição coletiva.....	388
13.15.	Legitimidade passiva para a liquidação	388
14.	Cumprimento da sentença.....	390

14.1.	Jurisdição, cognição e execução	390
14.2.	A autonomia da execução	390
14.3.	Dicotomia e sincretismo processual.....	390
14.4.	O princípio <i>nulla executio sine titulo</i> na atualidade.....	392
14.5.	Espécies de medidas executivas.....	392
14.6.	Execução e princípio do contraditório	393
14.7.	A aplicação subsidiária das normas do processo de conhecimento e a necessária interação entre os Livros I e II do CPC....	393
14.8.	Princípios fundamentais da execução civil.....	393
14.9.	O cumprimento de sentença	395
14.9.1.	Competência	395
14.9.2.	Cumprimento provisório	395
14.9.3.	Execução da obrigação de pagar quantia certa.....	396
14.9.3.1.	Multa coercitiva.....	396
14.9.3.2.	Requerimento inicial e princípio da demanda	400
14.9.3.3.	Prazo para o requerimento inicial	400
14.9.3.4.	Averbação da certidão comprobatória do ajuizamento da execução.....	400
14.9.3.5.	Juízo de admissibilidade	400
14.9.3.6.	A imediata fixação de honorários.....	401
14.9.3.7.	A questão da prescrição.....	401
14.9.3.8.	Indicação e nomeação de bens à penhora	401
14.9.3.9.	Penhora, avaliação e intimação	402
14.9.3.10.	Aplicação subsidiária do Livro II do CPC.....	402
14.9.3.11.	Sentença extintiva	403
14.9.4.	Efetivação das obrigações de fazer e de não fazer	403
14.9.5.	Efetivação da obrigação de entrega de coisa.....	403
14.10.	A impugnação ao cumprimento de sentença.....	403
14.11.	A execução imprópria.....	405
15.	O processo de execução: legitimidade e responsabilidade patrimonial	407
15.1.	A instauração do processo de execução.....	407
15.2.	A legitimidade para a execução: ordinária, extraordinária e superveniente	408

15.2.1.	Legitimidade ativa.....	408
15.2.2.	Legitimidade passiva	410
15.2.2.1.	Legitimidade passiva secundária ou subsidiária	411
15.3.	Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	412
15.4.	O título executivo.....	412
15.5.	Títulos executivos extrajudiciais.....	413
15.6.	Responsabilidade patrimonial e fraude de execução.....	415
15.6.1.	Responsabilidade patrimonial do devedor.....	416
15.6.2.	Responsabilidade patrimonial do sucessor	421
15.6.3.	Responsabilidade do sócio e desconsideração da per- sonalidade jurídica.....	421
15.6.4.	Bens em poder de terceiros.....	423
15.6.5.	Responsabilidade do cônjuge	423
15.6.6.	Fraude de execução	423
16.	Espécies de execução	427
16.1.	Noções gerais	427
16.2.	A execução por quantia contra devedor solvente.....	427
16.2.1.	Petição inicial.....	428
16.2.2.	A averbação da certidão comprobatória do ajuizamento da execução.....	428
16.2.3.	Juízo de admissibilidade	429
16.2.4.	Citação e arresto	429
16.2.5.	Nomeação de bens.....	430
16.2.6.	Curador especial.....	431
16.2.7.	Pagamento (ou remição).....	431
16.2.8.	Penhora	431
16.2.9.	Avaliação.....	435
16.2.10.	Expropriação de bens	436
16.2.11.	Pagamento ao credor	439
16.2.12.	Concurso de credores	439
16.2.13.	Sentença extintiva da execução.....	440
16.2.14.	Coisa julgada material	440
16.3.	A execução contra a Fazenda Pública	440

16.4.	A execução de alimentos.....	442
16.4.1.	A questão da incidência ou não das mudanças trazidas pela Lei n. 11.232/2005	445
16.5.	A execução das obrigações de fazer e de não fazer.....	446
16.5.1.	As <i>astreintes</i>	448
16.5.1.1.	Natureza coercitiva e não compensatória	448
16.5.1.2.	Cumulação da multa com a obrigação principal	449
16.5.1.3.	Inexistência de caráter punitivo.....	449
16.5.1.4.	Beneficiário da multa	449
16.5.1.5.	Fixação pelo juiz.....	450
16.5.1.6.	A questão da obrigatoriedade da <i>astreinte</i>	450
16.5.1.7.	Critérios para fixar o valor	450
16.5.1.8.	A exigência de razoabilidade.....	450
16.5.1.9.	Periodicidade	451
16.5.1.10.	Multa de valor único	451
16.5.1.11.	Possibilidade de valor progressivo	451
16.5.1.12.	Duplo objetivo	452
16.5.1.13.	Obrigações fungíveis e infungíveis.....	452
16.5.1.14.	Modificabilidade do valor e da periodicidade	452
16.5.1.15.	Inexistência de teto	453
16.5.1.16.	Limite da multa no caso de Juizados Especiais	453
16.5.1.17.	Incidência da multa	454
16.5.1.18.	Necessidade de intimação pessoal do devedor	454
16.5.1.19.	Impossibilidade de efeito retroativo.....	454
16.5.1.20.	Exigibilidade da multa.....	455
16.5.1.21.	Cessaçao da incidência.....	455
16.5.1.22.	Cobrança da multa	456
16.5.1.23.	As <i>astreintes</i> e a improcedência da demanda: o direito à repetição	456
16.5.1.24.	Cabimento da medida para a obtenção de resultado prático equivalente.....	457
16.5.1.25.	Cabimento das <i>astreintes</i> contra a Fazenda Pública.....	457
16.5.1.26.	Cabimento no caso de mandado de segurança	458

16.5.1.27. Cabimento no caso de ação popular.....	458
16.5.1.28. Cabimento no caso de decisões interlocutórias, sentenças e acórdãos.....	458
16.5.1.29. Cabimento no caso de obrigação de entrega de coisa	458
16.5.1.30. Distinção entre a <i>astreinte</i> e a multa por ato atentatório ao exercício da jurisdição (<i>contempt of court</i>).....	459
16.6. A execução para entrega de coisa	461
16.7. Insolvência.....	462
17. Oposição do devedor	466
17.1. Noções gerais	466
17.2. Embargos do devedor.....	467
17.2.1. A segurança do juízo.....	468
17.2.2. Legitimidade.....	468
17.2.3. Prazos	468
17.2.4. Competência	469
17.2.5. Efeito suspensivo.....	469
17.2.6. Impugnação, instrução e julgamento	470
17.3. Exceção ou objeção de pré-executividade	470
17.4. Ações prejudiciais à execução (defesa heterotópica)	472
18. A tutela cautelar.....	474
18.1. Noções gerais	474
18.2. Principais características da tutela cautelar	474
18.3. Poder geral de cautela	476
18.4. Sistema misto da tutela cautelar	477
18.5. Requisitos da tutela cautelar	478
18.6. Condições da ação, mérito e coisa julgada na ação cautelar	479
18.7. Direito substancial de cautela.....	480
18.8. Tutela cautelar, tutela antecipada e fungibilidade.....	481
18.9. Revisitação dos fundamentos dogmáticos da tutela cautelar.....	482
18.10. Procedimento cautelar comum.....	482
18.10.1. Competência	483
18.10.2. Petição inicial, juízo de admissibilidade e citação.....	483

18.10.3. Contestação, revelia, instrução e julgamento.....	484
18.10.4. A liminar, sua eficácia temporal e sua efetivação.....	485
18.11. Arresto.....	487
18.12. Sequestro	488
18.13. Caução	489
18.14. Busca e apreensão	490
18.15. Exibição	491
18.16. Produção antecipada de provas	491
18.17. Alimentos provisionais.....	492
18.18. Arrolamento de bens.....	493
18.19. Justificação.....	494
18.20. Protestos, notificações e interpelações.....	494
18.21. Homologação de penhor legal.....	495
18.22. Posse em nome do nascituro	496
18.23. Atentado.....	497
18.24. Protesto e apreensão de títulos	498
18.25. Outras medidas provisionais	499
19. Processo eletrônico	500
19.1. Noções gerais	500
19.2. Da informatização do processo judicial.....	501
19.3. Conceitos fundamentais.....	501
19.4. Garantia fundamental dos cidadãos.....	501
19.5. Das formas para a prática de atos processuais.....	502
19.6. Da comunicação eletrônica dos atos processuais	502
19.7. Regra para a contagem do prazo no caso de comunicação eletrônica	503
19.8. O documento eletrônico.....	503
19.9. Vocabulário mínimo do processo eletrônico.....	504
19.9.1. Autoridade certificadora	504
19.9.2. Certificado digital.....	504
19.9.3. Assinatura digital	505
19.10. A equiparação entre o documento eletrônico e o tradicional....	505
19.11. A arguição de falsidade do documento original	506

19.12.	O ônus da preservação dos documentos originais	506
20.	Principais procedimentos especiais.....	508
20.1.	Consignação em pagamento.....	508
20.1.1.	Cabimento da consignação	508
20.1.2.	Objeto da consignação.....	508
20.1.3.	Finalidade do procedimento.....	509
20.1.4.	Procedimento extrajudicial.....	509
20.1.4.1.	Exclusão	509
20.1.4.2.	Facultatividade	509
20.1.5.	Procedimento.....	509
20.1.6.	Ação de consignação em pagamento.....	510
20.1.6.1.	Ação dúplice	510
20.1.6.2.	Ação declaratória	510
20.1.6.3.	Antecipação dos efeitos da tutela	511
20.1.6.4.	Competência	511
20.1.6.5.	Legitimidade.....	511
20.1.6.6.	Cumulação de pedidos.....	512
20.1.6.7.	Depósito inicial.....	512
20.1.6.8.	Citação.....	512
20.1.6.9.	Audiência de oblação.....	512
20.1.6.10.	Resposta do réu	512
20.1.6.10.1.	Reconvenção	513
20.1.6.11.	Julgamento antecipado da lide	513
20.1.6.12.	Instrução e julgamento.....	514
20.1.6.13.	Natureza da sentença	514
20.1.6.14.	Consignação no caso de obrigação alternativa	514
20.2.	Ação de depósito	514
20.2.1.	O depositário judicial.....	515
20.2.2.	A recusa ao encargo de depositário	515
20.2.3.	Ações decorrentes do depósito	516
20.2.4.	A ação de depósito.....	516
20.2.4.1.	Natureza jurídica da ação.....	516

20.2.4.2.	Não cabimento da ação.....	516
20.2.4.3.	Foro competente.....	517
20.2.4.4.	Legitimidade: ativa e passiva	517
20.2.4.5.	Inicial e resposta.....	517
20.2.4.6.	Procedimento ordinário, sentença e cumprimento	518
20.2.5.	A inadmissibilidade da prisão civil do depositário infiel	519
20.3.	Ação de prestação de conta	520
20.3.1.	Finalidade das ações	520
20.3.2.	Hipóteses comuns na prática forense	520
20.3.3.	Natureza jurídica da ação.....	520
20.3.4.	Ação dúplice	520
20.3.5.	Legitimidade.....	521
20.3.6.	Das fases da ação de exigir contas.....	521
20.3.7.	Da ação de dar contas.....	521
20.3.8.	Prestação de contas em apenso aos autos principais....	521
20.4.	Ações possessórias	522
20.4.1.	O direito de posse.....	522
20.4.2.	Natureza jurídica.....	523
20.4.2.1.	Classificações do direito material.....	523
20.4.3.	Legítima defesa da posse	524
20.4.4.	A ação possessória contra o proprietário.....	524
20.4.5.	Intervenção do cônjuge	524
20.4.6.	Limite na cognição horizontal.....	525
20.4.7.	A proibição de intentar ação de reconhecimento do domínio na pendência de ação possessória	525
20.4.8.	A fungibilidade	525
20.4.9.	A duplicidade.....	526
20.4.10.	A liminar de proteção possessória.....	526
20.4.11.	A audiência de justificação prévia	527
20.4.12.	Cumulação de pedidos.....	527
20.4.13.	Dos procedimentos	527
20.4.14.	As ações de manutenção e de reintegração de posse ..	528

20.4.15.	O interdito proibitório.....	529
20.5.	Nunciação de obra nova.....	530
20.5.1.	Objeto da ação	530
20.5.2.	Não cabimento da ação	530
20.5.3.	Conceito de obra nova.....	530
20.5.4.	A questão da contiguidade dos prédios.....	531
20.5.5.	Invasão mínima da propriedade alheia.....	531
20.5.6.	Infração aos regulamentos administrativos	531
20.5.7.	Legitimidade ativa.....	531
20.5.8.	Legitimidade passiva	532
20.5.9.	A questão da participação do cônjuge.....	532
20.5.10.	Competência	533
20.5.11.	Aspectos procedimentais.....	533
20.5.12.	Efetivação da sentença	534
20.5.13.	Embargo extrajudicial.....	534
20.6.	Ação de usucapião.....	535
20.6.1.	Usucapião extraordinária (de longo prazo).....	535
20.6.2.	Usucapião ordinária	536
20.6.3.	Usucapião especial ou constitucional	536
20.6.3.1.	Usucapião especial rural (<i>pro labore</i>)	536
20.6.3.2.	Usucapião especial urbana (pró-moradia).....	537
20.6.3.2.1.	Usucapião especial urbana individual	537
20.6.3.2.2.	Usucapião especial urbana coletiva.....	538
20.6.4.	Usucapião indígena	539
20.6.5.	Espécies de usucapião e procedimentos	539
20.6.6.	Procedimento da ação de usucapião de terras particulares	540
20.6.6.1.	Interesse na propositura da ação.....	540
20.6.6.2.	Necessidade do processo	540
20.6.6.3.	Competência	540
20.6.6.4.	A petição inicial	541
20.6.6.5.	A audiência preliminar	541

20.6.6.6.	Citações e intimações	542
20.6.6.7.	A intervenção do Ministério Público	542
20.6.6.8.	A sentença	542
20.6.7.	A usucapião arguida como defesa (exceção de usucapião)	542
20.7.	Inventário, partilha e arrolamento	543
20.7.1.	Processo necessário	544
20.7.2.	Procedimentos	544
20.7.3.	Inventário negativo	544
20.7.4.	Herdeiro único	544
20.7.5.	Inventário notarial	545
20.7.6.	Sobrepartilha administrativa	546
20.7.7.	Inventário judicial	546
20.7.7.1.	O espólio, o administrador e o inventariante	546
20.7.7.2.	Competência	547
20.7.7.3.	As primeiras declarações	548
20.7.7.4.	Citações e intimações	548
20.7.7.5.	Impugnações e colações	549
20.7.7.6.	Avaliação e cálculo do imposto	549
20.7.7.7.	Últimas declarações e cálculo do imposto	550
20.7.7.8.	Sonegados	550
20.7.7.9.	Pagamento de dívidas	551
20.7.8.	Da partilha	551
20.7.9.	Arrolamento sumário	552
20.8.	Embargos de terceiro	552
20.8.1.	Natureza jurídica	553
20.8.2.	A sumariedade material	553
20.8.3.	Competência	553
20.8.4.	O prazo para o ajuizamento da ação	553
20.8.5.	Legitimidade ativa	554
20.8.6.	A legitimidade passiva	554
20.8.7.	Citação	554
20.8.8.	Procedimento	555

20.8.9.	Liminar e justificação prévia	555
20.8.10.	Suspensão do processo.....	555
20.8.11.	Os limites da resposta do réu.....	556
20.8.12.	A sumariiedade do rito.....	556
20.8.13.	Sentença e coisa julgada nos embargos.....	556
20.9.	Habilitação.....	556
20.9.1.	A ação de habilitação.....	557
20.9.2.	Competência.....	557
20.9.3.	Legitimidade.....	557
20.9.4.	Procedimento.....	558
20.9.5.	Sucessão processual.....	558
20.9.6.	Dispensa da ação de habilitação.....	558
20.10.	Ação monitória.....	558
20.10.1.	Técnica do contraditório eventual.....	559
20.10.2.	Espécies de ação monitória.....	559
20.10.3.	Natureza jurídica.....	560
20.10.4.	Processo monitório.....	560
20.10.5.	Cognição sumária.....	560
20.10.6.	Ação documental e atributos do documento.....	561
20.10.7.	Portador de título executivo e opção pela monitória....	562
20.10.8.	A facultatividade do rito.....	562
20.10.9.	A questão da conversão do rito (fungibilidade).....	562
20.10.10.	Cheque prescrito e outros documentos.....	562
20.10.11.	Exclusão da ação.....	563
20.10.12.	Competência.....	563
20.10.13.	Substanciação da demanda.....	563
20.10.14.	A decisão liminar.....	564
20.10.15.	A recorribilidade da decisão que indefere a inicial....	564
20.10.16.	A (ir)recorribilidade da decisão que defere a inicial...	564
20.10.17.	Citação.....	565
20.10.18.	O polo passivo e a Fazenda Pública.....	565
20.10.19.	As atitudes do réu.....	565

20.10.20. Os embargos na ação monitória.....	566
20.10.21. A reconvenção.....	567
20.10.22. A constituição do título executivo.....	567
20.10.23. A execução e a impugnação ao cumprimento da sentença	567
20.10.24. Monitória e Juizados Especiais	568
20.11. Ação de divisão e de demarcação de terras particulares.....	568
20.11.1. Processo único em duas fases	570
20.11.2. Noções gerais da ação de divisão	570
20.11.3. Noções gerais da ação de demarcação	571
20.11.4. Possibilidade de cumulação.....	571
20.11.5. Natureza jurídica.....	571
20.11.6. Ações dúplices.....	572
20.11.7. Imprescritibilidade.....	572
20.11.8. Competência	572
20.11.9. Valor da causa	572
20.11.10. Procedimento da demarcação	573
20.11.10.1. Litisconsórcio passivo necessário.....	573
20.11.10.2. Resposta.....	573
20.11.10.3. Procedimento ordinário.....	573
20.11.10.4. Primeira sentença.....	574
20.11.10.5. Segunda fase.....	574
20.11.10.6. Sentença homologatória	574
20.11.11. Procedimento da divisão	574
20.11.11.1. Limites à divisão.....	575
20.11.11.2. Cumulação com indenização	575
20.11.11.3. Litisconsórcio passivo necessário.....	575
20.11.11.4. Especificação de eventuais benfeitorias.....	575
20.11.11.5. Prazo para resposta.....	575
20.11.11.6. Procedimento ordinário.....	575
20.11.11.7. Primeira sentença.....	576
20.11.11.8. Segunda fase.....	576
20.11.11.9. A reivindicação inerente à demarcação.....	576

20.12. Procedimentos de jurisdição voluntária	577
20.12.1. Natureza jurídica	577
20.12.2. Inexistência de lide	577
20.12.3. Inexistência de coisa julgada material	578
20.12.4. Existência de processo	578
20.12.5. Existência de procedimento	578
20.12.6. Existência de partes	579
20.12.7. A questão da substitutividade	579
20.12.8. Atuação <i>ex officio</i> do juiz	579
20.12.9. Relativização da regra da congruência	579
20.12.10. Poderes instrutórios do juiz	580
20.12.11. Não submissão do magistrado à legalidade estrita	580
20.12.12. A tipicidade da jurisdição voluntária	580
20.12.13. A intervenção do Ministério Público	580
20.12.14. Procedimento comum	581
20.12.14.1. Competência	581
20.12.14.2. Princípio da demanda	581
20.12.14.3. Juízo de admissibilidade, citações e intimações	582
20.12.14.4. Resposta	582
20.12.14.4.1. Conversão do procedimento (litigiosidade incidental)	582
20.12.14.5. Instrução e julgamento	583
20.12.14.6. Recursos	583
20.12.15. Pretensões submetidas à jurisdição voluntária	583
20.13. Ação de mandado de segurança	584
20.13.1. Natureza jurídica	585
20.13.2. Finalidade específica	585
20.13.3. Utilidade e adequação	586
20.13.4. Ato de autoridade	586
20.13.5. Direito líquido e certo	588
20.13.6. Limitação à cognição judicial	588
20.13.7. Inadequação da ação para controle de constitucionalidade	589

20.13.8. Inadequação da ação para discutir lei em tese	589
20.13.9. Mandado de segurança preventivo	589
20.13.10. As partes no mandado de segurança	590
20.13.10.1. Litisconsórcio	591
20.13.10.2. Intervenção de terceiros	592
20.13.11. A legitimidade recursal da autoridade coatora	592
20.13.12. Procedimento	592
20.13.12.1. Petição inicial	592
20.13.12.2. Juízo de admissibilidade ou juízo de mérito antecipado	593
20.13.12.3. Denegação da segurança	593
20.13.12.4. Notificação, citação e intimação	594
20.13.12.5. Informações	594
20.13.12.6. Liminar	595
20.13.12.6.1. Recorribilidade da decisão	596
20.13.12.6.2. Restrições ao poder de conceder a ordem liminarmente	596
20.13.12.6.3. Inexistência de discricionariedade	596
20.13.12.6.4. Perempção da tutela de urgência	597
20.13.12.6.5. O condicionamento da liminar	597
20.13.12.6.6. Eficácia temporal da liminar	598
20.13.12.6.7. Prioridade de julgamento	598
20.13.12.7. Intervenção da pessoa jurídica de direito público e contestação do litisconsorte	598
20.13.12.8. Manifestação do Ministério Público	599
20.13.12.9. Desistência, decisão de mérito, intimações, recurso cabível e efeitos	600
20.13.12.10. Reexame necessário	601
20.13.12.11. Execução provisória	601
20.13.12.12. Aplicação das medidas de apoio e do <i>contempt of court</i>	602
20.13.12.13. Exclusão dos honorários advocatícios	602
20.13.12.14. Restrições e privilégios do Poder Público .	602

	20.13.12.15. Coisa julgada	604
	20.13.12.16. Perempção da ação de mandado de segurança.....	605
	20.13.12.17. A regulamentação do mandado de segurança coletivo	606
21.	Ações coletivas em espécie	608
21.1.	Ação civil pública.....	608
21.1.1.	Principais características.....	609
21.2.	Ação popular constitucional.....	612
21.2.1.	Natureza jurídica.....	613
21.2.2.	Legitimidade ativa e capacidade processual: cidadão, pessoas jurídicas e Ministério Público.....	613
21.2.3.	A questão do domicílio eleitoral do autor	614
21.2.4.	A condição do autor: legitimado ordinário ou extraordinário?	615
21.2.5.	Litisconsórcio superveniente.....	615
21.2.6.	Legitimidade passiva e litisconsórcio necessário	615
21.2.7.	Competência	616
21.2.8.	O objeto da ação popular: ilegalidade e lesividade	617
21.2.9.	Ação popular preventiva.....	622
21.2.10.	O pedido na ação popular.....	623
21.2.11.	Ação popular e mandado de segurança	623
21.2.12.	A atuação da pessoa jurídica interessada.....	623
21.2.13.	Ministério Público.....	623
21.2.14.	Rito, contestação e reconvenção	624
21.2.15.	Liminar	625
21.2.16.	Eficácia <i>erga omnes</i> da sentença de procedência	625
21.2.17.	Reexame necessário	625
21.2.18.	Sistema recursal	626
21.2.19.	Prescrição ou decadência.....	626
21.3.	Ação de improbidade administrativa	627
21.3.1.	Proibidade e moralidade administrativa.....	627
21.3.2.	Constitucionalidade da Lei n. 8.429/92	628
21.3.3.	Natureza jurídica das sanções.....	629

21.3.4.	Sanções típicas e atípicas	629
21.3.5.	Sujeito ativo dos atos de improbidade administrativa...	630
21.3.6.	Sujeito passivo	631
21.3.7.	Atos de improbidade administrativa	632
21.3.7.1.	Caráter residual do ato de improbidade que atenta contra os princípios.....	632
21.3.7.2.	Gradação dos atos de improbidade	633
21.3.7.3.	Elemento subjetivo	633
21.3.7.4.	Atos de IA que importam enriquecimento ilícito.....	633
21.3.7.5.	Atos de IA que causam prejuízo ao erário.....	634
21.3.7.6.	Atos de IA que atentam contra os princípios da administração pública	635
21.3.7.7.	Improbidade em outros diplomas normativos.	635
21.3.8.	Aspectos processuais.....	635
21.3.8.1.	Ação de improbidade e ação popular.....	636
21.3.8.2.	Ação de improbidade e ação de ressarcimento ao erário	637
21.3.8.3.	Legitimidade ativa.....	637
21.3.8.4.	Legitimidade passiva e inexistência de litis- consórcio necessário	639
21.3.8.5.	Competência	639
21.3.8.5.1.	A questão do foro especial por prerro- gativa de função.....	639
21.3.8.5.2.	A questão da justiça competente	644
21.3.8.5.3.	A questão do foro competente	645
21.3.8.5.4.	A questão do juízo competente	646
21.3.8.6.	A petição inicial	646
21.3.8.7.	Os pedidos.....	646
21.3.8.8.	Necessidade da justa causa	647
21.3.8.9.	Providências anteriores ao recebimento da inicial	648
21.3.8.10.	Rito	648
21.3.8.11.	Defesa preliminar	648

21.3.8.11.1. Falta de defesa preliminar e nulidade relativa	649
21.3.8.12. Juízo de admissibilidade	649
21.3.8.13. Contestação	650
21.3.8.14. Instabilidade subjetiva	650
21.3.8.15. Prova emprestada	651
21.3.8.16. Sentença e inexistência de vinculação do juiz	651
21.3.8.17. Obrigação solidária de reparar o dano	654
21.3.8.18. Destino da indenização	654
21.3.8.19. O reexame necessário na ação de improbidade administrativa	655
21.3.8.20. Eficácia das sanções	655
21.3.8.21. Prescrição e imprescritibilidade	655
21.3.8.22. Medidas de urgência	658
21.3.8.23. Independência das instâncias	663
22. Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta	664
22.1. Introdução	664
22.2. Noções gerais	664
22.3. Natureza jurídica	664
22.4. Procedimento preparatório	665
22.5. Prazo de conclusão do procedimento preparatório	666
22.6. Finalidade	666
22.7. Dispensa do inquérito civil	666
22.8. Instauração	667
22.8.1. Instrumento exclusivo do MP	667
22.8.2. Presidência	667
22.8.3. Iniciativa da instauração	667
22.8.4. Justa causa	668
22.8.5. Objeto da investigação	668
22.8.6. A portaria	670
22.8.7. Aditamento da portaria	670
22.8.8. Recurso contra a instauração	670
22.8.9. Atribuição e conflito de atribuições	671

22.8.10. Prazo para a conclusão	672
22.8.11. Do requerimento para instauração de inquérito civil ...	672
22.8.12. Manifestação anônima	672
22.8.13. Indeferimento da representação	673
22.8.14. Recurso do indeferimento	673
22.8.15. Efeitos da instauração	674
22.9. Poderes instrutórios	675
22.10. Compromisso de ajustamento de conduta	676
22.11. Arquivamento do inquérito civil	680
22.12. Remessa do arquivamento para controle	681
22.13. Órgão de revisão	681
22.14. Publicidade e participação	681
22.15. Deliberações	682
22.16. Propositura de ação coletiva parcial: a vedação ao arquivamento implícito	682
22.17. Desarquivamento	682
22.18. Da recomendação	683
22.19. Questões especiais	683
22.19.1. Inquérito civil, sindicância e outros procedimentos ...	683
22.19.2. Matérias que podem ser objeto do inquérito civil	685
22.19.3. É possível a reabertura do inquérito sem a superve- niência de prova nova? Pode haver a reapreciação das mesmas provas?	686